



January 2008


# A Escola Alemã versus as Políticas Educacionais Nacionais na Primeira Metade do Século XX: Transformando Imigrantes Alemães em Cidadãos Brasileiros [The Deutsche School vs. National Educational Policies in Early Twentieth-Century Brazil: Transforming German Immigrants into Brazilian Citizens]

Karl M. Lorenz  
*Sacred Heart University*

Ariclê Vechia  
*Universidade Tuiuti do Paraná*

António G. Ferreira  
*Universidade de Coimbra*

Follow this and additional works at: [http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced\\_fac](http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac)

 Part of the [Curriculum and Instruction Commons](#), [International and Comparative Education Commons](#), and the [Social and Philosophical Foundations of Education Commons](#)

## Recommended Citation

Lorenz, Karl M.; Vechia, Ariclê; and Ferreira, António G., "A Escola Alemã versus as Políticas Educacionais Nacionais na Primeira Metade do Século XX: Transformando Imigrantes Alemães em Cidadãos Brasileiros [The Deutsche School vs. National Educational Policies in Early Twentieth-Century Brazil: Transforming German Immigrants into Brazilian Citizens]" (2008). *Education Faculty Publications*. Paper 4.  
[http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced\\_fac/4](http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac/4)

A Escola Alemã Versus as Políticas Educacionais Nacionais na  
Primeira Metade do Século XX: Transformando Imigrantes Alemães  
em Cidadãos Brasileiros

Paper presented at the 30<sup>th</sup> Session of the International Standing Conference  
for the History of Education (ISCHE 30)

Theme: *Education and Inequality: Historical Approaches to  
Schooling and Social Stratification*

Site: Department of Urban Education, School of Public Affairs  
and Administration, and the Institute of Education Law and Policy  
Rutgers University

Ariclé Vechia, Ph.D.

Professor Graduate Program in Education

Tuiuti University of Parana, Brazil

and

Antonio Gomes Ferreira, Ph.D.

Professor Graduate Program in Education

University of Coimbra, Portugal

and

Karl M. Lorenz, Ed.D.

Director of Teacher Certification Programs

Sacred Heart University, Fairfield, CT. USA

## A Escola Alemã Versus as Políticas Educacionais Nacionais na Primeira Metade do Século XX: Transformando Imigrantes Alemães em Cidadãos Brasileiros

### O Imigrante Ideal: Europeu, Branco, Trabalhador e Católico.

Desde o início do século XIX, o Governo brasileiro, visando substituir o trabalho escravo, mas principalmente ocupar territórios vazios e de fronteiras, adotou uma política de incentivo à entrada de imigrantes europeus no país. De acordo com a política imigratória, “o imigrante ideal” deveria ser branco, trabalhador, de preferência agricultor e católico. O imigrante que mais se conformava nesse perfil era o alemão. Segundo o Visconde de Abrantes, eles tinham a preferência devido sua aptidão para o trabalho da agricultura e para os ofícios e artes e o seu espírito pacífico e conservador e pelo amor ao trabalho e à família, solidariedade, resignação, respeito às autoridades são as qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens”. (Abrantes, 1941)

As primeiras colônias ( 1) de imigrantes alemães foram estabelecidas no Brasil a partir de 1824 no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na Bahia e na região Sul do país. Porém, depois de 1850, foi desencadeado um processo de imigração que se intensificou no final do século XIX e início do Século XX. Os imigrantes que vieram na segunda metade do século XIX foram instalados, em sua maioria, em regiões pouco habitadas do Sul do Brasil. Os núcleos populacionais, então organizados, as chamadas Colônias, eram formados por pessoas quase que exclusivamente de uma mesma nacionalidade (2) e, via de regra, foram localizadas em regiões distantes dos centros urbanos já existentes. O isolamento geográfico dessas colônias consideradas etnicamente homogêneas, aliado ao desejo de preservar a cultura da terra de origem, propiciou que em sua organização comunitária, os imigrantes recriassem os mecanismos de preservação de sua identidade étnica: o lar, a igreja, a escola, a língua e as tradições e, quando possível, a Imprensa, formando núcleos populacionais com características distintas(3) dos demais existentes na região. A falta de apoio do governo brasileiro a estas colônias favoreceu uma organização comunitária própria, voltada para dentro do grupo étnico. Uma das primeiras iniciativas tomadas pelos grupos foi a construção de uma igreja e de uma escola e, em seguida, associações com finalidades sociais, culturais, recreativas, esportivas e de auxílio mútuo.

A maioria destes imigrantes era protestante de confissão luterana. Estes imigrantes se defrontavam ainda com barreiras que os discriminavam do ponto de vista religioso e social. Para eles era de suma importância uma escola que alfabetizasse as crianças em língua alemã e segundo os preceitos de sua religião. Sem este requisito seria quase impossível a prática da religião: cantar os hinos, estudar o catecismo, ler a Bíblia para ser confirmado na fé. A língua alemã assumiu uma função “litúrgica”. Esta vinculação foi expressa pelo Pastor Rotermund:

“Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente deixa de ser alemão; e vice e versa: quem nega a língua alemã e a índole alemã, também se perderá para a nossa igreja. Germanidade e Evangelho estão ligados para o que der e vier” (Rotermund apud Dreher, 1986, 93 ).

Muito embora este ponto de vista não fosse unânime entre todos os pastores e também tão marcante entre os católicos, à escola das comunidades dos imigrantes alemães, católicas ou protestantes, cabia estimular o uso e a manutenção do idioma alemão. A língua era falada no lar, propagada pela imprensa, mas à escola estava reservado o papel principal: ensinar as crianças a ler e a escrever em língua alemã. O trabalho com as novas gerações era garantia da manutenção da cultura de origem. (Vechia, 1998, 289)

Ao mesmo tempo em que o imigrante alemão era desejado para, por meio da miscigenação, “branquear” a raça brasileira, estando implícita a noção de aprimorar uma população considerada de “raça” inferior; por ser negra e mestiça, começava a surgir nos meios intelectuais e políticos brasileiros o sentimento nacional e a consciência da necessidade de construir a nacionalidade brasileira ou o caráter nacional brasileiro.

### Montando o Cenário para o Confronto: O “Nosso” Contra o “Deles”

Paralelamente ao crescimento do sentimento nacional brasileiro, no início da década de 1870, diversos fatores contribuíram para despertar o sentimento nacional da população de fala alemã no Brasil. Mesmo antes de concretizada a Unificação política da Alemanha, a Guerra Franco-Prussiana e a conseqüente vitória sobre o inimigo comum a todos os “alemães” fortaleceram este sentimento. Em setembro de 1870, líderes da comunidade “alemã” fixada na cidade de Curitiba (4) no Estado do Paraná,

divulgaram pela imprensa curitibana, um manifesto em alemão, conclamando os “alemães”, residentes no Paraná, a se unir e auxiliar os irmãos que lutaram pela Pátria:

“[...]É com grande entusiasmo que o coração de cada alemão bate com orgulho, pela sua Pátria, sua Honra, seus Costumes e sua Liberdade. São invejáveis, nossos irmãos, os quais tiveram a honra de erguer a bandeira de nossa Pátria [...] Temos a certeza de que cada alemão contribuirá de alguma forma, [...] e dirá com orgulho, a altos brados – Salve a nossa Pátria, salve nossa liberdade, nossa moral e bons costumes e a educação!!!”. (Dezenove de Dezembro, p.3, de 14 de setembro de 1870. ).

A concepção do nacionalismo alemão ainda era muito confusa, pois não havia uma identidade comum sobre o que deveria ser o Estado Nacional Alemão. O soerguimento do “espírito nacional” partiu dos intelectuais “alemães” que conclamaram o povo, em todos os lugares, a se unir e a cultivar o amor pela Pátria. A Unificação da Alemanha, em 1870, foi efusivamente comemorada em Curitiba com desfiles pelas ruas da cidade, acompanhados com bandas de música, discursos entremeados com canções patrióticas e muitos bailes. (Dezenove de Dezembro, Curitiba, 7 de janeiro de 1871).

Logo a seguir, a emergência da Alemanha como potência imperialista e a dificuldade de assimilação dos alemães, quer nos núcleos coloniais, quer nos centros urbanos (5), começou a chamar a atenção do Governo e dos intelectuais brasileiros. Os núcleos habitados, quase que exclusivamente por alemães, passaram a ser vistos como “Quistos Étnicos” e começou a ser dado o alerta do chamado “Perigo Alemão” que ameaçava a nacionalidade brasileira (6) Ainda na segunda metade do século XIX, Sylvio Romero (7), em tom inflamado, sugeria que os colonos fossem dispersos por todo o território nacional para que, pela miscigenação, pudessem “branquear”o Brasil e pela diluição dos núcleos étnicos homogêneos, os imigrantes alemães pudessem ser assimilados e passassem a usar a língua portuguesa. (Romero, 1906, 265)

Acácio Cruz, um cronista paranaense, 1863, mostrava-se preocupado com o que acontecia na Colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, “*com preladados e professores alemães, têm os seus filhos brasileiros natos, sido criados pelo sistema, usos e costumes e linguagem germânica [...] e guardam com toda a pureza e patriotismo o idioma de seu país natal*”. (Cruz, 1863. In: Paraná..., 1990, 28 - 29).

O surpreendente crescimento populacional e o desenvolvimento industrial e comercial da Alemanha levaram o governo alemão a buscar sua expansão territorial e comercial. Este plano tinha respaldo no pensamento dos intelectuais alemães e para estes, “o critério supremo da nacionalidade, o sinal revelador, “ o expoente excelso da

raça é a língua ouçam bem – é a língua. Este sinal é tudo. Onde é a pátria alemã?  
Perguntava o poeta e ele mesmo respondia : - ‘É onde se fala a língua alemã’.”.(  
Romero, 1906, 276)

Vários intelectuais brasileiros chamavam a atenção para o fato que, no Sul do Brasil, não se falava o português; os descendentes de imigrantes falavam somente a língua alemã. Nas centenas de “escolas alemãs”, organizações comunitárias, criadas pelos imigrantes alemães no Sul do Brasil só se ensinava em língua alemã ( 8). Até mesmo nos centros maiores ganharam muito prestígio a *Realschule* de Porto Alegre, a *Höere Lehranstalt* de São Leopoldo, a *Waisenhaus* de Taquary, a *Deutsche Schule* de Curitiba e havia, também, uma atividade intensa de uma poderosa imprensa em língua alemã, em Porto Alegre, Blumenau e Curitiba. Na realidade, as colônias dos estados do Sul eram praticamente independentes, nenhum empregado brasileiro exercia função nas mesmas

Uma elite intelectual de ascendência alemã atuava na “imprensa de imigração”e nos meios escolares, exaltando o Deutschtum, ou seja, o sentimento de pertencimento à etnia/nação alemã e às formas de conservá-lo, através da língua, da cultura, da índole, da escola e das associações. Além disso, a posterior propaganda em torno da teoria “*Pangermanista*”, segundo a qual “todos são alemães por direito de sangue, que por acidente se tornaram cidadãos de outros países”, fez mais uma vez, soar o alerta entre os intelectuais e o governo brasileiro sobre o chamado “*Perigo Alemão*” que ameaçava o caráter nacional brasileiro. Os núcleos habitados quase que exclusivamente por alemães passaram a ser considerados pejorativamente como “*Quistos Étnicos*” da nação brasileira.

Geralmente, alheios às questões políticas e econômicas, às pretensões da Alemanha e a infiltração nazista e à polêmica que agitava os meios intelectuais, os colonos foram colocados em uma situação de grupo minoritário e desqualificados como cidadãos. As crianças, de ascendência alemã, - os futuros cidadãos - , passaram a ser consideradas “uma ameaça” ao futuro da nacionalidade brasileira. A escola, -- espaço de formação dos cidadãos--, foi alvo da reprodução do confronto maior; espelhou a intenção ideológica de ambos os lados; centralizou o confronto dos nacionalismos. A serviço de quem ela deveria estar? Ela deveria formar futuros cidadãos brasileiros alemães?

A 1ª.Guerra Mundial e as suas conseqüências, tornaram mais complexas as relações entre a população de ascendência alemã no Brasil e os brasileiros. A doutrina

nacionalista começou a ganhar corpo sendo seguida pelas primeiras estratégias de ação. Foram criadas Ligas e Movimentos Nacionalistas,--- Liga de Defesa Nacional, Liga Nacionalista do Brasil, Liga Nacionalista de São Paulo, entre outras---, que em suma visavam: congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros, difundir a instrução militar nas diversas instituições de ensino, desenvolver o civismo e o culto aos heróis, fundar associações de escoteiros, batalhões patrióticos, promover o ensino da Língua Pátria, da História e da Geografia do Brasil.(8 Nagle ) Estas Ligas, desencadearam campanhas assimilacionistas e repressivas contra os descendentes de imigrantes, contra o uso e línguas estrangeiras e o funcionamento das “escolas de imigrantes”.

A imprensa, foi um outro órgão de difusão da ideologia nacionalista e de combate às instituições mantidas pelos imigrantes e seus descendentes. A imprensa Curitibana assim se manifestou em relação às “escolas alemãs”:

“Enquanto todas as almas brasileiras conscientes se abriam para aclamar a Pátria ameaçada de ultraje e já ferida pelo barbarismo desregrado, as crianças e os jovens de origem alemã cantavam nas escolas mantidas pelo governo da Alemanha os hinos e os cânticos patrióticos daquele Império contra o qual o rancor nacional mais crescia”. (Diário da Tarde, Curitiba, 19 de maio de 1917).

Começou a desencadear-se nos quatro (9) Estados do Sul um processo de nacionalização das escolas estrangeiras. Nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi reforçada a Regulamentação de funcionamento das escolas dos imigrantes. No Paraná, foi aprovado o Código de Ensino de 1917, que procurava estimular o ensino da língua portuguesa, da História e da Geografia do Brasil, uma vez:

“que essas crianças, ouvindo diariamente as preleções dos seus mestres, de exaltação da Alemanha, e estudando ponto por ponto a história da Alemanha, impressionando-se pelos seus factos; pelas suas lendas, pelas suas tradições; ouvindo em alemão a dissertação heróica sobre os vultos imortais da Germânia, sobre as suas instituições, sobre as coisas que assim expostas, tornam-se fantásticas e incomparáveis, a criança se convence dessa grandeza, dessa superioridade, deslumbram-se por tudo o que lhe é desenhado e descrito e se persuade de que não há povo nem país que mereçam a sua admiração, o seu culto e sua própria vida senão o povo germânico, senão a deslumbrante Alemanha!”.( Diário da Tarde, Curitiba, 19 de maio de 1917)

Com o fim da 1ª. Guerra Mundial, tanto o governo federal quanto os estaduais, amenizaram a política de nacionalização dos grupos estrangeiros no país. As medidas tomadas sobre a obrigatoriedade da utilização da língua portuguesa nas escolas ficaram, praticamente, sem efeito. No entanto, nos meios políticos e intelectuais brasileiros,

durante a década de 1920, tornou-se cada vez mais forte o movimento nacionalista. Não se tratava de preservar a nacionalidade brasileira, antes, era uma questão de construí-la.

O Brasil, desde meados do século XIX até os anos 20 do século XX, recebera grandes contingentes de imigrantes, não só de alemães, mas também, de italianos, poloneses, ucranianos, libaneses e japoneses. Depois da abolição da escravatura, havia uma legião de ex-escravos que precisava adquirir o “*senso*” de ser Brasileiro. Era necessário encetar esforços para a construção da nacionalidade brasileira junto a população do Brasil. De 1920 a 1930, a mobilização ideológica teve como força-motriz o nacionalismo e o patriotismo que visava combater o inimigo externo e o interno. Por inimigo interno o governo entendia as idéias comunistas, e anarquistas, e, principalmente, os nacionalismos nutridos pelos diferentes grupos de imigrantes.

Durante o Governo Vargas (1930-1945), os componentes ideológicos passaram a ter uma presença ainda mais marcante no país e a educação passou a ser a --- arena principal em que o combate se daria, pela crença no seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes. As políticas educacionais incitavam o nacionalismo e a idéia de militarização da infância, na prática, se concretizava pelos batalhões escolares que visavam inculcar a ordem, a disciplina e a exaltação aos símbolos pátrios e eram organizados segundo as normas dos militares. Embora, todos inspirados nos mesmos princípios, o nacionalismo brasileiro começou a entrar em confronto com os outros nacionalismos presentes no Brasil.

#### Transformando os Filhos dos Imigrantes Alemães em Cidadãos Brasileiros.

A constituição da nacionalidade brasileira deveria ser a culminação do plano de governo e esta deveria se dar, principalmente, via educação. Deveria ser dado um conteúdo nacional à educação escolar e não-escolar, pelo ufanismo ao verde e amarelo, à história mitificada dos heróis e das instituições nacionais. A homogeneização da educação seria feita por meio do controle e da fiscalização. Esta questão tomou cores mais fortes a partir de 1937, quando Getúlio Vargas, novamente, instaurou um regime ditatorial no país – o Estado Novo, que perdurou até 1945.

O regime do Estado Novo fez uma associação entre Educação e Segurança Nacional; a educação foi enaltecida como instrumento de controle. Esta vinculação, deu ao Exército, a quem pertencia o monopólio da Segurança Nacional, o direito e o poder de intervir nas questões relativas à educação. ( Bomeny, 1999.) O Estado Brasileiro tornou-se um Estado militarizado. Foi no início deste período em que o Estado Nacional,



implementou “*uma política de nacionalização*” para conter uma questão considerada de “*segurança nacional*”, a assimilação dos diferentes grupos étnicos estabelecidos no país.

Muito embora o Germanismo (*Deutschtum*), e o Pan-Germanismo que, desde o final do século XIX, vinham conflitando com o governo brasileiro, não fossem sinônimo de Nazismo, a preservação do *Deutschtum* facilitou a divulgação da propaganda Nazista entre os “*teuto-brasileiros*” e se contrapunham aos ideais do nacionalismo brasileiro. A preservação do *Deutschtum* fora amplamente divulgada pela imprensa “*teuto-brasileira*” na década de 1920, como por exemplo: as reuniões organizadas por grupos nacionalistas *Tagung des Auslandsdeustschums*, que ocorriam na Alemanha desde 1925, em defesa do direito de ser livre e estar ligado à Alemanha pela cultura e pelo sangue.( Cruz, 2004,139 )

A atuação das organizações nazistas no Sul do Brasil, a partir de 1933, coordenadas pela embaixada alemã no Rio de Janeiro e pelos consulados, especialmente em Curitiba, Porto alegre e São Paulo, passou a ser monitorada pela Polícia Política do Estado Novo. Os agentes do partido Nazista, estabelecidos no Sul, tinham à disposição diversos organismos e associações criados pelo *Nacional Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei* (NSDAP), partido nazista alemão, que tinha uma organização bem estruturada no exterior. As atividades coordenadas pelo NSDAP visavam “*a identificação total dos alemães no exterior com as diretrizes de Berlim e o agrupamento dos brasileiros de origem alemã e dos cidadãos alemães que vivem no Brasil e sua adesão à doutrina nacional socialista*”. (Cruz, 2004, 143 ).

Para o exército brasileiro, o fortalecimento da consciência patriótica alemã no Brasil, era fruto de uma política deliberada e organizada da Alemanha para a ampliação de seu domínio no mundo. Para o 5º. Comando da região militar, as escolas se constituíam nos focos de orientação da doutrina nazista. O Chefe do Estado-maior do Exército, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, em seu relatório, concluía que o projeto de “*germanização*” em funcionamento em todos os Estados do Sul, estava embasado na questão educacional. O “projeto”educacional começava no lar, passava para o Jardim da Infância (*Kinder Garten*), em seguida para a “Escola Alemã”( *Deutche Schule*) continuando, nos centros maiores, na Escolas Secundárias. Complementavam este projeto educacional, as associações esportivas, culturais, recreativas e de classe. ( Bethlem, 193, 40-43).

Segundo o alto comando do Exército, as escolas dos imigrantes eram um pedaço da Alemanha incrustado em solo brasileiro :

[...] os professores ou eram alemães ou de origem direta alemã, e todo o ensino era feito em alemão. Nesta língua, chegaram até mesmo em certas escolas, a ensinar o nosso idioma----idioma que eles mesmos não sabiam, mas que faziam em virtude de algumas esparsas exigências existentes. Nestas escolas, tudo era puramente germânico, desde os letreiros das classes aos ensinamentos morais escritos nos quadros, às gravuras das paisagens, cenas heróicas e retratos de heróis alemães, aos estatutos, aos livros, aos métodos, aos programas, tudo enfim. Perdía-se a sensação de Brasil[.] ( Bethlem 1939, 45 )

Se para os imigrantes alemães e seus descendentes o projeto de germanização estava fundamentado na educação ( 12 ) o projeto nacionalizador brasileiro tinha como meta atingir o âmago da questão --- “[...]às ações dos agentes estrangeiros deveríamos opor as mesmas ações, em sentido contrário”( Bethlem, 1939, 18). Os principais baluartes desses imigrantes --- o lar e a escola--- foram o alvo de ataque do projeto nacionalizador encetado pelo exercito, visando a desagregação do grupo alemão para garantir a unidade nacional e combater as “influências nazistas” no território brasileiro.

Para o comando do Exército, a germanização era iniciada no lar, mas chegava ao lar pela educação secular dada nas escolas e que formava a base da família. Esta educação era manipulada pelos agentes nazistas.

Formada a mentalidade da família, foi simples orientar o espírito da criança, e ela já ingressa no jardim da infância com a sua preparação moral organizada. Toda a orientação é levada ao exagero na formação da consciência cívica, do sentimento patriótico, de uma Pátria porém que não a dela---; é a noção de pátria fictícia, é a formação das legiões de traidores inconscientes.....Macabramente, estes agentes estrangeiros, preparam o espírito destas gerações ( Bethlem, 1939,40,1 ).

As referências feitas pelos comandantes militares à infiltração nazista no Sul do país, geralmente fazia exceção às antigas famílias alemãs, radicadas nos primeiros tempos da imigração. Segundo eles, o perigo estava tanto no imigrante mais recente, ainda pouco aculturado, e entre os mais jovens. Deve-se destacar que grande parte do Sul do Brasil foi colonizado na segunda metade do século XIX e início do XX, estas eram as mencionadas famílias mais antigas .Acusavam também o descaso dos governos do Império e da primeira Republica pelo isolamento em que foram deixados, pela falta de oferta de escolas nacionais, fato que os obrigou a criar as suas próprias, segundo seus moldes e necessidades.

Schwartzman et alii ( 1984) argumentam que a infiltração nazistas nas zonas de imigração não deve ter tido a amplitude a ela atribuída pelos relatórios dos comandantes

militares que deu legitimidade à política de repressão implementada a partir de 1938. Na realidade, o nazismo incorporou a idéia do *Deutschum*, de preservação de elementos da cultura da terra de origem, esta sim, cultivada pelos imigrantes do Sul do Brasil, sem qualquer manipulação com a ideologia nazista. Mas, este fato, fez com que as autoridades brasileiras identificasse a todos, de forma generalizada, como uma ameaça à nacionalidade brasileira.

#### O Lema da Campanha de Nacionalização: Antes Ignorantes do que Traidores.

O exército brasileiro teve papel preponderante na concepção e na efetivação da Campanha de Nacionalização desfechada pelo Governo Brasileiro de 1938 a 1945, contra os núcleos de colonização estrangeira considerados “*quistos*” no corpo da Nação Brasileira. A Campanha atingiu todos os grupos de imigrantes, tanto nas chamadas áreas coloniais, onde comunidades de imigrantes e seus descendentes viviam praticamente isolados, como nos centros urbanos, onde as organizações étnicas eram mais visíveis..

Em 1938, foram decretados vários Atos de Nacionalização, sendo que o primeiro deles atingiu o sistema de ensino. A Campanha de Nacionalização do ensino foi desencadeada com a promulgação de uma série de Decretos-lei visando neutralizar o tipo de educação adotada no Sul do país. A escola, considerada o “*celeiro*” de futuros cidadãos passou a ser alvo da Campanha Nacionalista. As chamadas “*escolas estrangeiras*” foram proibidas de utilizar a língua materna no ensino, sendo obrigatório o ensino em língua portuguesa, tiveram que adotar novos planos de estudos e modificar suas práticas educativas, dispensar os professores que não soubessem ensinar em língua portuguesa e, as que não conseguissem isto, deveriam ser fechadas. Foi implantado um forte sistema de Inspeção Escolar, que deveria garantir o cumprimento das determinações governamentais.

Mas, não apenas as escolas foram afetadas, as Associações sofreram intervenção, devendo mudar de nome e de práticas, os cultos deveriam ser em língua portuguesa, a imprensa representante dos imigrantes foi fechada, obras em língua estrangeira e transmissões radiofônicas em língua estrangeira foram proibidas. Em consequência, obras e documentação das Escolas e das Associações apreendidas. ( 14). O Exército foi considerado “*o maior agente nacionalizador, a mais completa escola na qual se nivelam todos os tipos e todos os caracteres*” ( Bethlem, 1939, 38,9). Os

jovens , descendentes de imigrantes, deveriam prestar serviço militar obrigatório, para adquirir uma mentalidade cívica e de culto a Pátria brasileira.

O escotismo, considerado “*uma escola pratica de civismo*” foi introduzido nos Estados da região Sul, como mais um elemento de formação cívica da mocidade, iniciando-os nos “*mais tenros anos, no templo incomparável do amor à Pátria* “. Como doutrina educacional completa, consegue sem militarizar, criar uma juventude com consciência altamente patriótica, “*orgulhosa de sua nacionalidade e apta física e moralmente, a derramar seu sangue pela soberania de sua Pátria.*”( Bethlem, 1939, 88-90).

O movimento escoteiro, apoiado pelo Exército, entendeu seus braços por todos os núcleos de colonização no Paraná e em Santa Catarina. Em 1939, já eram mais de seis mil participantes, que visavam criar nos filhos dos colonos , uma mentalidade cívica brasileira. A criança educada aos moldes do escotismo, seria um agente nacionalizador que se infiltraria no lar e abalaria um dos baluartes dos “agentes dissociadores”. ( Bethlem, 1939,92-93)

A Campanha de Nacionalização, que se desenrolou, a partir de então, tinha como pressuposto que havia ocorrido um descuido quanto à formação dos valores morais constitutivos da nação. Nacionalizar tinha como premissa ideológica a Educação Moral e Cívica e , ao Exército cabia inculcar no elemento que oferecia risco para a integridade nacional, os valores patrióticos brasileiros A escola foi eleita como o mecanismo de inculcação, nas mentes das crianças, do nacionalismo e patriotismo. Era necessário que o nacionalismo a ser inculcado passasse a ser o brasileiro.

As Secretarias de Educação sob ordem direta do Interventores do Estados, criaram em pelo menos em três Estados do Sul do Brasil: Paraná , Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um elaborado esquema de “Inspeção Escolar”. A Inspeção Escolar era entendida na perspectiva de “supervisão” ou de “fiscalização” que visava garantir o cumprimento das determinações governamentais. Cabia à Inspeção Escolar verificar se a Direção da Escola estava sob a responsabilidade de brasileiros, se o professor era brasileiro ou pelo menos dominava a língua portuguesa e, se as Escolas mantinham o ensino em língua portuguesa, o ensino da Historia e da Geografia Pátrias, o culto aos heróis nacionais.

O conteúdo de um livro para os primeiros anos de escolarização, publicado pelo Departamento Nacional de Propaganda do Governo brasileiro ( DNP), em 1938,

deixa claro o tom dogmático que deveria ser dado ao ensino, daquele momento em diante.

A primeira lição do livro *O Brasil é Bom* (1938) elaborado para ser uma “*Cartilha de Civismo*” nas ex-escolas estrangeiras, começa assim:

“Menino,

Lê este livrinho com atenção. Aprende estes ensinamentos. Se teu pai e teus irmãozinhos sabem ler, faz com que eles leiam contigo. Se eles não sabem ler, prestaras um serviço ao teu Brasil, lendo-o em voz alta para que eles o ouçam e aprendam o que nele se ensina. ( *O Brasil*, 1938)

A terceira lição ensinava o seguinte:

“Se todos os brasileiros são irmãos, o Brasil é uma grande família. Uma família é feliz quando há paz no lar [...] O Brasil é e será uma grande família feliz enquanto houver ordem e trabalho. [...] ( *O Brasil*....1938)

O livro era, na realidade, um “*Catecismo*” de inculcação do nacionalismo brasileiro. Usando uma linguagem simples, adequada ao nível das crianças do ensino primário, os conteúdos ali contidos, vão, mediante a reiteração de idéias, conduzindo o raciocínio para a direção desejada. Desta forma, pretendia-se forjar na mentalidade das crianças o nacionalismo e o patriotismo brasileiros. Servia também, para através da criança, atingir os pais e inculcar-lhes os valores nacionais

Outras lições procuram combater o inimigo interno, o comunismo, o integralismo e os nacionalismos dos imigrantes:

“ O imigrante é um mal para o Brasil? Não, o imigrante que trabalha no campo, [...] que ensina seu filho a falar nossa língua e a ser um bom brasileiro merece o nosso respeito e estima [...] A pena de morte no Brasil se justifica em face dos motivos que podem autorizar a sua aplicação: tentar submeter o território da nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro; tentar, com o auxílio do Estado estrangeiro ou organização secreta de caráter internacional contra a unidade da nação; [...] procurando o desmembramento do território Nacional [...] ( *O Brasil é Bom*,138, ).

Outras lições continuavam, paulatinamente, ir inculcando, na mente das crianças, os deveres dos brasileiros e demonstrando que os filhos dos imigrantes nascidos no Brasil, eram brasileiros, logo, sujeitos às Leis do Brasil:

Todos podem viver no Brasil se respeitarem as leis do Brasil. Mas ninguém pode viver no Brasil se não que acatar as leis. O preto é brasileiro? É, sim, e é bom brasileiro se trabalha pela grandeza do Brasil [...] Filho de japonês, - nasceu no Brasil, é brasileiro. Filho de alemão, - nasceu no Brasil, é brasileiro.[...] Todos devem respeitar a Pátria de seus pais, mas devem querer e amar, acima de tudo, o Brasil. Não são bons brasileiros os que assim não procedem. E o Brasil não quer no seu solo maus brasileiros. [...]Os filhos do Brasil não devem obediência a nenhum país estrangeiro.[...] Na casa do Brasil, o menino já sabe, só quem manda é o Brasil”( O Brasil , 1938, )

O livro procurava ainda exaltar a figura de Getúlio Vargas, como o Chefe do Governo “*pela vontade do povo*”:O chefe do governo é o chefe do Estado, isto é, é o chefe da grande família nacional [...] Quem é o chefe do governo? O menino sabe que é Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é um homem que sorri. Sorri, porque tem confiança no Brasil. Getúlio Vargas é o chefe nacional pela vontade do povo brasileiro. [...] ( O Brasil, 1938)

Os Livros dos Termos de Visita dos Inspectores Escolares, revelam de um lado o sistema de fiscalização do Governo e, de outro, as Práticas Pedagógicas adotadas nas escolas das Colônias. Os Termos de Visita, são testemunho das dificuldades dos novos Professores , substitutos dos ceifados pela Campanha de Nacionalização em ensinar, em língua portuguesa, as crianças que compreendiam apenas dialetos alemães e viviam imersos em referenciais culturais germânicos. Demonstram também que as escolas e os professores buscavam atender o preconizado pelo governo e que os Inspectores eram rigorosos. Depois de avaliar cada tópico exigido pelo governo, o Inspetor deixava um Parecer com recomendações:

Introduzir nas aulas de leitura e linguagem oral, a reprodução dos textos lidos e a conversação animadora sobre as coisas úteis e agradáveis, que interessam às crianças; cuidar, com ardor, da pronuncia correta e da significação dos vocábulos; [...] animar as crianças para o conhecimento da nossa Historia, da nossa Geografia; [...]não esqueceras lições de educação moral e cívica. ( Santos e Ferreira, 2006..)

O Sr. Professor rege esta escola desde o mês de maio de 1937,tendo melhorado muito a aprendizagem e o entendimento do idioma nacional dos alunos. O Sr. Professor é esforçado e dedicado. Por isso, recomendo-lhe continuar reforçando as suas atividades de defesa dos sentimentos de brasilidade dos alunos.( Santos e Ferreira, 2006).

Uma análise dos registros dos conteúdos de alguns cadernos escolares de alunos destas escolas da região de imigração revela que o modelo de educação militar era apresentado como forma de incentivar o cultivo de valores de ordem e, que os cantos

patrióticos eram sempre utilizados no sentido de venerar a Pátria brasileira ( Santos & Vechia, 2007). Tais como:

Meu Brasil.

Amo minha pátria! Amo meu Brasil. Oh que grande terra , forte e gentil. Vê no horizonte, onde tudo ri. Com voz alta conto Viva o Brasil!

Eu sou brasileiro.

Eu sou brasileiro amo meu Brasil.

Vejo minha Pátria forte e gentil.

No Brasil tem tudo para me faltar,

Com orgulho quero sempre amar.

Paiz hospitaleiro que nos protege. {...](sic).

A música sempre foi utilizada pela igrejas e pelos governos autoritários como mecanismo de manipulação.As inúmeras letras de Hinos, registradas em cadernos dos alunos utilizados em escolas dos estados do Sul do Brasil, procuravam enaltecer as virtudes do Exército Brasileiro, demonstrar que aquele que combate pela Pátria possuía as virtudes da coragem e da valentia.

As visitas de Inspeção Escolar tomaram , muitas vezes, o caráter de medida repressiva. Os Inspetores, como representantes do Governo Brasileiro, mais especificamente do Exército Brasileiro, causavam medo aos professores e aos alunos, principalmente em escolas do interior, pois tanto professores quanto alunos, muitas vezes estavam alheios à grande questão que se colocava no país e, na maioria das vezes, não sabiam falar em língua portuguesa, ficavam aturdidos ao serem avaliados pelos Inspetores. A repressão muitas vezes foi violenta, resultando em prisão daqueles que insistiam em falar ou ensinar em língua alemã. Acontece que muitas pessoas só falavam em alemão e, não sabiam falar em português.

A Campanha de Nacionalização, encontrou nas grandes Festas Cívicas, mais um elemento de inculcação da ideologia nacionalista. Utilizando de Desfiles de Tropas e de escolares acompanhados de Bandas de Música e portando todas Bandeiras do Brasil, fez realizar grandes festas cívicas e grandes comemorações.

Até os habitantes de Curitiba, outrora, frios e sem entusiasmo,

Pela primeira vez vieram à rua, na marcha da Chama Sagrada da Pátria, que se realizou em Curitiba, no dia 21 de abril, à noite, trazidas por um grupo de oficiais a cavalo, e perante toda a cidade maravilhada. Quando elas passavam, secundando o pavilhão nacional, marcialmente conduzidas por oficiais do nosso Exército, comunicavam à multidão reverente, uma tal impressão

sugestiva, que frenética de entusiasmo patriótico, prorrompia em aplausos, empolgada em ver materializada nos nossos símbolos heráldicos de nosso passado, a historia toda de nossa pátria, com seus heroísmos e sofrimentos. ( Bethlem, 1939, 84, 85).

Estas grandes Comemorações Cívicas foram realizadas pelo Exército Brasileiro em inúmeras cidades do Paraná e Santa Catarina, além de outras incursões pelo interior dos Estados, que foram chamadas de Jornadas de Civismo.

As práticas educativas, para além da escola, visando a inculcação dos valores nacionais às crianças descendentes dos imigrantes alemães se expandiam também pelo Rio Grande do Sul. Gertz (1991) destaca que no Rio Grande do Sul as autoridades estaduais, geralmente na pessoa do Interventor e seus funcionários, viajavam pelo interior do Estado, em verdadeira Campanha Cívica na tentativa de aproximação, de cooptação e de integração das crianças. A Semana da Pátria servia para levar à Porto Alegre grupos de crianças das regiões coloniais, os chamados “coloninhos” ou “gauchinhos” que participavam dos festejos patrióticos. Estas crianças eram hospedadas em casa de famílias que satisfizessem os requisitos de brasilidade ou no Palácio do Governo. Eram bem tratadas e envolvidas num clima de exaltação patriótica.

Os festejos compreendiam desfiles com bandas de música, a entoação do Hino Nacional, o culto à Bandeira nacional. As crianças do interior ficavam, por alguns dias, como que imersas em um mar de emoção e de patriotismo.

A Campanha de Nacionalização encetada pelo Estado Novo e coordenada pelo Exército Nacional, via uma Educação Cívica, visava inculcar na mentalidade das crianças e dos jovens descendentes de alemães os “valores nacionais brasileiros” pelo ensino da língua pátria dos brasileiros, pela inculcação dos valores nacionais, pelo culto aos símbolos nacionais, aos heróis e aos governantes da época.

A língua portuguesa passou a ser o critério fundamental da nacionalidade, justificando a nacionalização do ensino e o fechamento das “escolas étnicas”. A impossibilidade de substituir todas essas escolas por escolas “brasileiras” traria graves prejuízos para as crianças nas áreas de colonização, mas era preferível assim, como sintetizou o General Meira de Vasconcellos: *Antes criarmos ignorantes que criarmos traidores* “! ( Bethlem, 1939, 66). As chamadas “Escolas Alemães, nas zonas rurais, em geral, eram escolas multiseriadas, mantidas pela comunidade, tendo por professor um membro da comunidade, sem formação específica. Por este motivo, foi difícil atender às determinações do Governo, no que se refere à substituição dos professores



por professores brasileiros e na questão de entregar a Direção da Escola aos brasileiros. Porém, as escolas que não conseguiram se adequar ao preconizado em Lei, foram fechadas ou substituídas por outra escola fornecida pelo governo.

Segundo dados do Relatório Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ( INEP) de 1940, no Rio Grande do Sul foram fechadas 103 escolas e abertas 238; em Santa Catarina as fechadas somavam 298 e as abertas 472, no Paraná foram fechadas 78 e abertas 70 e em São Paulo as fechadas somaram 284 tendo sido abertas apenas 51.( Bomeny, 1999,160). Alguns autores estimam um numero muito maior de escolas fechadas sem que fossem substituídas por outras, no entanto estes dados fornecidos pelo governo revelam a amplitude da questão; o numero de crianças, de famílias e de professores envolvidos.

O Estado de Santa Catarina foi o mais visado pela Campanha de Nacionalização. Alguns autores estimam que foram “erradicadas mais de cem escolas da região” e que “os professores nocivos” aos sentimentos patrióticos foram expulsos das escolas. Os professores que continuaram a dar aulas em língua alemã quando já estava em vigência a lei da nacionalização foram presos. A prisão era assinalada como um ato necessário para libertar as “crianças do pernicioso preceptor que, dia a dia, infiltrava-lhes no espírito o mais tremendo dos venenos”(Nogueira, 1947. in: Seyferth. 1997)

Segundo o projeto nacionalista do Estado Novo ( 1937-1945), a “construção” da nacionalidade brasileira deveria ocorrer via a homogeneização dos chamados valores nacionais -- a padronização cultural sem espaço para as peculiaridades das diferentes culturas que compunham a nação brasileira. Pregava-se um conteúdo nacional a ser desenvolvido nas escolas brasileiras. Este conteúdo foi ufanista, ficando restrito ao culto aos heróis, -- eleitos como tal naquele momento --, às instituições nacionais e às autoridades. O domínio da língua portuguesa passou a ser um sinal identificador do “ser” ou “não ser” brasileiro. Na realidade, verificou-se o confronto de dois nacionalismos, fundados nas mesmas bases, ambos excludentes e exacerbados, nutridos por alguns setores da sociedade que impuseram sua ideologia para um grande segmento da população de forma repressiva.

## Referencias Bibliograficas.

ABRANTES. ( Visconde). 1941. Memórias sobre os meios de promover a Imigração. In: *Revista de Imigração e Colonização*. Ano II, n.2/3.1941.

ALMANACK do Paraná. Curitiba. 1900. BETHLEM. H. *O Vale do Itajahí. Jornadas de Civismo*. Rio de Janeiro. José Olympo. 1939.

CRUZ. A.D.F. Apontamentos sobre a Província do Paraná. In: *Fontes para a História do Paraná. -Cronistas – SÉC.XIX e XX*. Curitiba. Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

CRUZ.N.R. *Integralismo e a Questão racial: a Intolerância como princípio*. ( Tese de Doutorado).Niterói. UFF. 2004.

GERTZ. R. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. In: *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba. SBPH. 1991.

MELLO. M.R. A Campanha de Nacionalização e os Teuto - Brasileiros. In: DREHER. M. RAMBO. B, TRAMONTINI. J. *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre. EST/Edições. 2004.

O DEZENOVE de Dezembro. Curitiba. 1853-1889. ( Journal)

O DIÁRIO da Tarde. Curitiba. 1870-1880. (Journal)

A REPÚBLICA. Curitiba. 1870-1880. (Journal).

O BRASIL é Bom. DNP. 1938.

ROMERO. S. *América Latina*. Porto. Livraria Ohardon. 1906.

SCHARTZMAN. S, BOMENY. H, COSTA. V. *Tempos de Capanema*. São Paulo. FGV/Paz e Terra. 2000.

SEYFERTH, G. A Assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: *Mana*. Vol.3.n.1. Rio de Janeiro. 1997.

VECHIA. A. *Imigração e Educação dos Imigrantes em Curitiba: 1953-1889*. ( Tese de Doutorado). São Paulo. USP. 1998.